

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, gostaria de fazer um apelo ao novo secretário estadual de Cultura, que assumiu agora nesta semana a pasta da secretaria.

Trata-se do José Luiz Penna, que assumiu a secretaria da Cultura. Coincidentemente, na terça-feira nós estávamos aqui em uma audiência pública da Comissão de Educação e Cultura. Eu pedi a convocação do secretário de Cultura e também do instituto Pensarte, para que eles viessem explicar na Assembleia Legislativa a extinção de um grande patrimônio cultural que foi a Banda Sinfônica.

A banda foi extinta. O instituto Pensarte, que é uma OS, que recebe dinheiro do estado, extinguiu, demitiu todos os músicos da Banda Sinfônica do estado de São Paulo. É uma banda histórica, é um patrimônio do estado. Ela não pertence a nenhum partido político, não é do Pensarte, não é do PSDB. Ela é da população do nosso estado, por isso ela representa um patrimônio cultural e histórico do estado de São Paulo.

Ela foi simplesmente extinta no final do ano passado. O governo anunciou a extinção e nós tentamos aqui ainda a aprovação de uma emenda e conseguimos uma emenda no orçamento de 2017 que foi apoiada pelos 94 deputados e deputadas, com o aval do governo, mas o governo congelou a emenda em janeiro, através de um decreto, e a banda foi extinta.

Fizemos uma audiência pública aqui com o secretário, que agora não é mais secretário, o José Roberto Sadek, e com o representante do instituto Pensarte. Nós não saímos conformados com as explicações dadas pelos dois. No dia seguinte o José Roberto Sadek foi exonerado do cargo e assumiu agora, nesta semana, o José Luiz Penna, que é uma pessoa ligada à música. Ele é músico. Nos anos 70 ele tinha um grupo musical chamado “Papa Poluição”. Ele foi parceiro do Belchior. Enfim, é uma pessoa do mundo musical. Então, quero fazer um apelo ao José Luiz Penna, para que, honrando seu passado de músico, de uma pessoa que vem de uma família de artistas, imediatamente tome providências para que a Banda Sinfônica volte a existir, para que haja a imediata readmissão de todos os músicos demitidos pela atual gestão. Foi um absurdo, o que aconteceu.

O governo Alckmin está fazendo ajuste fiscal na Educação, na Assistência Social e também na Cultura, cortando recursos de áreas estratégicas do ponto de vista social. Desde 2015, o governo vem implantando essa política de ajuste fiscal na área da Cultura, cortando orçamentos, fechando várias oficinas culturais, diminuindo o dinheiro do Proac, que financia a Cultura no estado. E esse ano o governo extrapolou, chegando ao ponto de extinguir um dos grandes patrimônios de nosso estado.

Fizemos várias intervenções pela Alesp, conversamos com o secretário da Casa Civil, fizemos reuniões com o secretário da Cultura e audiências públicas em defesa da Banda Sinfônica. Também aprovamos uma emenda para a manutenção dos músicos da Banda Sinfônica e fomos ao Ministério Público Estadual, que está tomando providências. Existem dois inquéritos abertos e um deles inclusive pede à Justiça a tutela da Banda Sinfônica, usando a linha de raciocínio de que se trata de um patrimônio cultural do estado.

Então, como o Penna acabou de assumir a Secretaria da Cultura, estamos fazendo um apelo a ele e o faço não só em meu nome, mas em nome de todos os músicos do estado de São Paulo, do Brasil e, sobretudo, da Banda Sinfônica. O novo secretário, José Luiz Penna, é músico e foi ligado à música popular brasileira, ele tinha um grupo importante chamado Papa Poluição. Chegamos a assistir dois shows deles aqui em São Paulo, em 1978 e 1979, no Teatro Bandeirantes. Enfim, é uma pessoa que vem do mundo musical.

Então, gostaria de fazer esse apelo ao novo secretário da Cultura, para que faça uma intervenção no sentido de que todos os músicos da Banda Sinfônica sejam readmitidos, inclusive o maestro Marcos Sadao, que também foi demitido sumariamente pelo Instituto Pensarte.

Em nossa audiência pública, levantamos vários questionamentos em relação aos salários dos diretores do Instituto Pensarte. Alguns deles têm salários acima do teto constitucional. Há presidentes e diretores de OSs aqui em São Paulo ganhando 40 mil reais, ou seja, mais do que um ministro do Supremo Tribunal Federal. É dinheiro público, é dinheiro dos nossos impostos.

Então, nós questionamos por que o Pensarte não tem dinheiro, se dependia exclusivamente do Orçamento Público, e as explicações dadas não foram suficientes, não foram satisfatórias.

Por isso, continuamos apelando ao Ministério Público para que tome providências, mas, neste momento, fazemos esse apelo ao novo secretário da Cultura para que faça uma intervenção, honrando seu passado de músico, de compositor parceiro do grande Belchior.

Sr. Presidente, gostaria que cópias de meu pronunciamento fossem encaminhadas ao novo secretário da Cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental. Esta Presidência solicita que cópias do pronunciamento do nobre deputado Carlos Giannazi sejam enviadas ao Sr. Secretário da Cultura.

Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, após o término desta sessão, irei para a Avenida Paulista participar da assembleia dos professores da Rede Estadual de Ensino. Depois disso, vou me encontrar com outra categoria profissional, da Rede Municipal de São Paulo, cujos profissionais estão fazendo greve e também farão uma assembleia. Mais tarde, às 16 horas, teremos um grande encontro na Avenida Paulista com vários segmentos sociais, categorias profissionais e movimento - o próprio Sinpro, que representa os professores da rede privada, estará presente.

Portanto, hoje, dia 31 de março, haverá uma grande movimentação no Brasil contra as reformas, contra a retirada de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Essa mobilização é principalmente contra a reforma da Previdência, que é um dos maiores ataques aos trabalhadores na história do Brasil, juntamente com o projeto da terceirização ampla, geral e irrestrita que foi aprovado na semana passada e destrói o emprego no Brasil.

Se esse projeto for sancionado do jeito que foi aprovado, teremos empresas que vão alugar os trabalhadores. Assim, o trabalhador terá sua força de trabalho alugada, ele não poderá mais negociar diretamente com a empresa, pois haverá um atravessador. Se ele pretende trabalhar, ele primeiro vai vender sua força de trabalho para uma agência, que vai alugar a sua força de trabalho para outra empresa.

É disto que trata o projeto aprovado: é o fim do emprego e o fim do trabalhador no Brasil. É também o fim dos direitos trabalhistas, das organizações sindicais e das greves. O trabalhador perderá totalmente sua força, sua mobilização e seu poder de negociação.

Estaremos participando de toda essa mobilização que ocorrerá hoje em São Paulo, mas existem outras também. A cidade do Rio de Janeiro está mobilizada, a de Belo Horizonte também. Em várias capitais e várias cidades haverá mobilização hoje contra as reformas, contra os ataques do governo Temer aos trabalhadores. Em São Paulo, a Rede Estadual de Ensino entrou em greve, e a Rede Municipal de Ensino da gestão Doria já está em greve há 15 dias.

Santos estava em greve até ontem, Cubatão está em greve, Ribeirão Preto está em greve, temos várias cidades em greve, todas elas administradas pelo PSDB, que impõe essa lógica de ataque aos direitos dos servidores públicos municipais, estaduais e federais. Em São Paulo, os professores da Rede Estadual de Ensino estão em greve e estarão agora nesta grande manifestação na Avenida Paulista.

Quero mais uma vez repudiar o comunicado que foi encaminhado para as diretorias de ensino e para as escolas estaduais, tentando inibir e proibir a manifestação dos professores e sobretudo a greve, a paralisação dos profissionais da Educação da Rede Estadual de Ensino. O secretário da Educação, José Renato Nalini, que é jurista, desembargador e foi presidente do Tribunal de Justiça, enviou um comunicado atacando frontalmente o direito de greve e afrontando preceitos constitucionais.

É uma vergonha e um absurdo que a Secretaria da Educação, que tem como secretário um desembargador ex-presidente do Tribunal de Justiça, envie um comunicado afrontando vários direitos constitucionais, impondo um clima de medo e terror no movimento dos professores, dizendo que o professor em estágio probatório será punido, dizendo que chamará os professores cadastrados nas listas de eventuais para substituir os professores em greve. Isso é proibido. Isso não pode ser feito. Vários ataques são feitos no comunicado, no sentido de reprimir, de inviabilizar a paralisação dos professores da rede estadual.

Inclusive, nós estamos notificando o Ministério Público em relação a esse comunicado. Nós queremos que o MP tome algum tipo de atitude, porque é um absurdo que a Secretaria da Educação faça uma afronta tão aberta assim, em praça pública. Isso é um escárnio.

É execrável esse comportamento da Secretaria da Educação, ao soltar um comunicado para a rede, intimidando os nossos profissionais da Educação, que já são vítimas dos baixíssimos salários, da violência nas escolas, da superlotação de salas, da precarização do trabalho, do desmonte da Educação, da demissão em massa de professores mediadores, coordenadores e vice-diretores, do fechamento de salas.

São expostos, ainda, a esse clima de terror e de medo, com um comunicado de uma Secretaria que, repito, tem como secretário um jurista, um desembargador, que até ontem era o presidente do Tribunal de Justiça. A nota é execrável, Sr. Presidente. Se V. Exa. ler, não vai acreditar que o Nalini, que é um jurista, um desembargador, tenha concordado com aquilo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caríssimo deputado Carlos Giannazi, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, estou assomando a esta tribuna porque ouvi a fala do nobre deputado Coronel Telhada, muito preocupado com os nossos motoristas e a nossa população. Às vezes, consomem-se em demasia bebidas alcoólicas e isso traz um prejuízo muito grande.

Nós fizemos a “Lei Seca”, também conhecida como “Lei Fecha Bar” ou “Lei do Silêncio”. Essa lei que nós fizemos quando eu era vereador se tornou uma lei nacional. Eu me orgulho muito disso. Fico muito feliz, não só como parlamentar, mas como médico, porque, como disse o deputado que me antecedeu, isso causa um prejuízo enorme com acidentes e desagregação familiar.

Nós temos uma sobrecarga em hospitais. Nessa quinta-feira, o Tribunal de Contas do Estado fez um relatório e o publicou. Em 223 cidades deste Estado, o Estado mais forte da União, nós temos hospitais municipais, centros de atendimento e UBSs que estão em péssimas condições. Há paredes com mofo, cadeiras de rodas e macas quebradas, pisos danificados, pinturas dos hospitais em péssimas condições. Estão imundos. É uma indecência. É um abandono enorme.

Temos várias cidades com prefeituras falidas. Temos um caos no atendimento da Saúde, que, infelizmente, está sobrecarregado por aqueles que bebem em demasia, batem o carro e vão para o pronto-socorro. Chegam em casa e espancam a mulher, os filhos, os parentes. Brigam. Dão facadas e tiros uns nos outros. Vão parar todos no pronto-socorro.

Eu, como cirurgião, presenciei isso e sempre sonhei que faria uma lei que pudesse acabar com essa movimentação nos prontos-socorros. É por isso que eu fiz a “Lei Seca”, também chamada de “Lei Fecha Bar” ou “Lei do Silêncio”, como eu disse anteriormente.

Quero dizer que a nossa Saúde vai mal. Nós não temos, na verdade, uma Secretaria da Saúde. Nós temos uma “Secretaria da Doença”. Todas as secretarias, hoje, estão em dificuldades, em todos os estados. Infelizmente, nós vivenciamos, diuturnamente, o caos na Saúde, porque não temos uma segurança decente.

A insegurança, a violência leva também ao caos, leva a consumir saúde, leva a consumir vidas. Essa violência que atira, mata, estupra e rouba aí está. Então, nós precisamos de uma força-tarefa.

A unidade é a união de todos nós, para que possamos ter mais qualidade de vida, Habitação, Saúde, Educação - professores ganhando melhor. Mas, essa violência cada vez pior não atrai investimento.

Nós vivemos num caos: crise econômica, social e política. Vossa Excelência daqui a instantes estará na Avenida Paulista protestando, assim como os outros estarão também.

Mas, infelizmente, o presidente Michel Temer herdou esse passivo tão negativo, tão ruim, e ele vai ter que resolver isso. Estamos jogando na pessoa dele para que reestabeleça a ordem pública, traga ao nosso País mais emprego e desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra-os, ainda, da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de comemorar a 3ª edição do Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 02 minutos.

3 DE ABRIL DE 2017 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e JOOJI HATO
Secretário: ORLANDO BOLÇONE

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ORLANDO BOLÇONE Discorre acerca da relevância do desenvolvimento rural sustentável. Lista investimentos no setor, realizados nas cidades de São José do Rio Preto, Palestina, Potirendaba, Itajobi e Urupês. Acrescenta que as medidas têm o apoio da Secretaria Estadual da Agricultura. Ressalta a atuação de cooperativas locais em benefício da exploração sustentável do meio ambiente.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência. Cancela sessão solene anteriormente convocada para o dia 07/04, às 20h, para a "Concessão do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Senhor Robson Lemos Rodovalho", por solicitação do deputado Luiz Fernando. Convoca sessão solene a ser realizada no dia 05/05, às 10 horas, para "Comemoração dos 20 Anos do Banco do Povo", por requerimento do deputado Itamar Borges.

4 - CARLOS GIANNAZI

Manifesta solidariedade à família de adolescente morta no pátio de escola pública, no Rio de Janeiro, supostamente por bala perdida. Discorre acerca da insegurança em escolas, em cujas dependências há a presença de marginais. Clama por cobertura nas quadras poliesportivas, com o objetivo de preservação das estruturas e segurança dos alunos. Acrescenta que é autor de projeto de lei que visa a obrigar o Estado a oferecer melhores condições para o exercício da disciplina de Educação Física.

5 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Convoca sessões solenes a serem realizadas no dia 08/05, às 10 horas, para "Comemoração do Dia do Policial Feminino", por solicitação do deputado Coronel Camilo; e às 20 horas, para "Comemoração do Dia do Profissional da Contabilidade", a requerimento do deputado Itamar Borges.

6 - CORONEL TELHADA

Lamenta o falecimento, em acidente rodoviário, no município de Tambaú, de Jamílson Rogério Gerônimo, capitão da Polícia Militar. Anuncia a prisão de criminoso envolvido em ocorrência em que policial militar fora amarrado e colocado em porta-malas de veículo. Acrescenta que assasinar um policial era condição para o ingresso no crime organizado. Faz coro ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi, quanto à presença de marginais em escolas. Clama ao Governo do Estado que valorize a remuneração dos servidores públicos, em especial os da Segurança Pública.

7 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o Governo Doria pelo que considera desmonte da educação municipal infantil. Assevera que recebera denúncias de fechamento de espaços pedagógicos em escolas, destinados ao desenvolvimento lúdico e motor das crianças. Opina que a medida tende a contingenciar recursos do transporte escolar gratuito. Afirma que deve acionar o Ministério Público.

8 - CARLOS GIANNAZI

Pela ordem, solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada hoje, às 20 horas, para "Comemoração do Dia do Jornalista". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Orlando Bolçone para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – ORLANDO BOLÇONE – PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiatí. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o tema que me traz à tribuna diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável, que vem sendo praticado pela Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo.

Na última semana, durante toda quinta-feira com a presença do secretário Arnaldo Jardim, na região de São José do Rio Preto, diversas atividades voltadas para o desenvolvimento rural sustentável foram realizadas.

Sabemos que o desenvolvimento tem de ser local, integrado e sustentável e a sustentabilidade começa no setor primário, o agrícola, que é o setor rural.

A primeira atividade foi um congresso, que teve, na sua abertura, a presença do deputado Arnaldo Jardim, ex-secretário da Agricultura. Foram discutidos os potenciais da aquicultura e da piscicultura de todo o estado de São Paulo, trazendo representantes e técnicos de todo o estado que levaram seus conhecimentos a todas as pessoas e às famílias que vivem da pesca.

Num segundo momento, na cidade de Palestina, uma reunião de pequenos produtores com a cooperativa, possibilitando, através da ação da Secretaria de Agricultura, a inauguração de um silo; depois, a integração da cidade de Palestina no Programa de Microbacias, com a presença do presidente da Codasp, Alexandre Pires Penteado.

Depois, o retorno à São José do Rio Preto, onde foi inaugurada uma unidade do Instituto de Pesca, com o que tem de mais moderno em ciência, tecnologia e inovação voltados para os negócios da piscicultura e da aquicultura. Serão desenvolvidas, com o aporte dos institutos da Secretaria de Agricultura, em especial o Instituto de Pesca, pesquisas no nível de graduação e pós-graduação; pesquisas diversas de ciência, tecnologia e inovação para dar suporte aos produtores do pescado em todos os níveis - graduação e pós-graduação -, em todas as suas atividades. Isso vai possibilitar não só para a região noroeste paulista, mas para todo o estado de São Paulo, e mesmo para o Brasil, um grande centro de consultoria, podendo desenvolver novas técnicas e processos, tanto da criação de peixes, desde alevinos, até depois, no seu acompanhamento, melhorando a produtividade desse setor.

Após isso, houve um estudo na cidade de Potirendaba, com a possibilidade de utilização da vinhaça como adubo, como já é feito, mas sem prejudicar o meio ambiente. É um estudo que vem sendo desenvolvido na cidade de Potirendaba, em que o secretário Arnaldo Jardim e toda a sua equipe puderam observar os impactos da produtividade e a necessidade de proteger o meio ambiente.

Depois, uma reunião na cidade de Tajobi, em que foi eretida uma caminhão que vai servir a cooperativa. Ela foi criada para as pessoas que vão utilizar a aquicultura e, em especial, a piscicultura. Elas já se utilizam dela, e estão organizados em forma de cooperativa.

Finalmente, na cidade de Urupês, houve uma reunião com a Cooperativa de Urupês, que se dedica à exploração e todas as atividades do limão. Foram exportadas da pequena cidade de Urupês, só no ano passado, 9,5 milhões de reais, apenas na área de limão dentro da citrcultura. Lá foram inaugurados galpões e, novamente, o secretário Arnaldo Jardim pôde também desenvolver essa política, que é o próprio desenvolvimento rural, integrado em especial à sustentabilidade, no sentido de possibilitar o escoamento dos produtos através dos Programas Melhor Caminho e Microbacias.

O estado de São Paulo está no caminho certo, oferecendo alternativas - nesse momento em que o Brasil passa dificuldades em relação à carne bovina - como a do pescado. E também diversificando a fruticultura, com que dependem as pequenas famílias que se organizam em cooperativas, com o incentivo do estado através da Secretaria de Agricultura, e dos municípios citados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Luiz Fernando, cancela a sessão solene convocada para o dia sete de abril de 2017, às 20h, com a finalidade de conceder o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao senhor Robson Lemos Rodovalho.

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Itamar Borges, convoca Vossas Excelências, nos termos do Art. 18, I, “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia cinco de maio de 2017, às 10h, com a finalidade de comemorar os 20 anos do Banco do Povo.

Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Célia Leão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Quero manifestar toda a nossa solidariedade à menina de 13 anos, Maria Eduarda, que foi morta em uma escola municipal na zona norte do Rio de Janeiro. Ela foi vítima de balas perdidas.

Eu queria trazer esse debate para São Paulo porque ela foi morta dentro do pátio de uma escola pública fazendo uma aula de educação física. Nós, há muito tempo, estamos aqui na Assembleia Legislativa chamando a atenção da Secretaria de Educação e da FDE para a falta de segurança nas escolas estaduais e, sobretudo, nas nossas quadras. Eu tenho visitado muito as escolas e ouço, constantemente, as reclamações, sobretudo dos professores de educação física dizendo que eles são obrigados a disputar as quadras com os traficantes. A quadra é ocupada por pessoas ligadas ao narcotráfico e o professor tem dificuldade de dar a sua aula de educação física.

Nós já levamos essa denúncia para a Secretaria de Educação, sobretudo exigimos mais segurança nas escolas e a cobertura das quadras - porque muitas delas estão totalmente desprezadas de tudo, não só do crime organizado, mas também do sol e da chuva. Às vezes fica inviável uma aula em uma quadra.

Isso quando a escola tem a quadra porque muitas escolas da rede estadual ainda não têm quadra para a prática de educação física - escolas antigas e até escolas novas que foram construídas recentemente. As aulas são improvisadas nas ruas em frente a essas escolas, nos pátios ou em um espaço que atrapalha o funcionamento dessas escolas.

Eu já levei ao conhecimento da Secretaria de Educação e da FDE todas essas denúncias. É preciso cobrir as quadras e construir as quadras nas escolas. Eu me lembro o nome de todas as escolas, pelo menos as que eu já denunciarei aqui, como, por exemplo, a Escola Estadual Presidente João Goulart, que fica na região do Grajaú; a Escola Presidente Leonel Brizola também não tem quadra, que fica no Jardim Lucélia; a Escola Estadual Orlando Silva, na região de M’Boi Mirim, também não tem quadra; a Escola Gaivota II, na região do Cantinho do Céu, não tem quadra; a Escola Gaivota III tem, porém não tem cobertura e não tem segurança.

Eu fiz a lista, mandei para a Secretaria de Educação, para a FDE e exigi a construção de quadras e a cobertura das quadras existentes, mas o governo não toma providências. Inclusive, já acionei o Ministério Público em relação a esse fato e, mais do que isso, apresentei um projeto de lei obrigando o Estado a construir as quadras esportivas e cobrir todas elas - inclusive as já existentes.

Nós tomamos todas as iniciativas possíveis aqui pela Assembleia Legislativa. Fizemos denúncias à Secretaria Estadual da Educação, à FDE, denunciamos também ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas - eu me esqueci de dizer que acionamos o Tribunal de Contas. Houve apresentação de projeto de lei e, mesmo assim, o Governo não tomou as devidas providências.

As nossas escolas, portanto, estão totalmente sem segurança. As aulas de educação física estão comprometidas por conta da falta de estrutura, tanto pela falta de cobertura das quadras, quanto pela falta das quadras propriamente ditas.

Quis trazer esse tema hoje aqui justamente porque me lembrei da questão quando da notícia da morte da aluna Maria Eduarda, que aconteceu no último dia 30, no Rio de Janeiro; isso me chamou a atenção.